

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 8/2023, em que é recorrente **Amadeu Fortes Oliveira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 12/2024

(Reclamação contra o Acórdão n.º 8/2024, proferido nos Autos de Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 8/2023, em que é recorrente Amadeu Fortes Oliveira)

I. Relatório

1. **Amadeu Fortes Oliveira**, tendo sido notificado, no dia 22 de janeiro de 2024 do Acórdão Constitucional n.º 08 / 2024 do Tribunal Constitucional, proferido no âmbito do Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 08/ 2023, veio ao abrigo do disposto nos artigos 575º, n.º 2, do artigo 576º, n.º 1, alínea d) do N.º 1 do Artigo 577º e alínea c) do artigo 578º, todos do C.P.C, por força do artigo 50º da L.T.C, apresentar o presente incidente pós-decisório a que chamou de reclamação contra o acórdão anteriormente referido.
2. Na sua peça imputa ao Acórdão do Tribunal os seguintes vícios:
 - a) O TC decidiu sem qualquer fundamentação arbitrariamente excluir do âmbito da fiscalização concreta a «violação da proibição constitucional dos tribunais restringirem a extensão e o conteúdo essencial das normas relativas ao Direito Fundamental ao Juiz Natural, o que configuraria uma grosseira violação dos n.ºs 1 e 3 do artigo 211º da CRCV; tal indicaria uma omissão de pronúncia (ponto 6);
 - b) A existência nos autos de um documento da sua autoria que determinaria decisão diversa da que foi prolatada, o qual foi dirigido ao TRB;

- c) O TC não teria fundamentado as razões de facto e de direito porque recusou aplicar o disposto no nº1 do artigo 372º do CPP, incorrendo em nulidade estatuída na alínea b) do nº1 do Artigo 577º do CPC;
 - d) O Acórdão nº 08/TC/2024 padeceria de nulidades e precisa de ser reformado, por laborar na errada determinação da norma processual aplicável *«que deve ser o nº1 do Artigo 372º e nunca o Artigo 360º do CPP, erro esse que deve ser corrigido pelo TC, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº2 do Artigo 597º-A do CPC, em conjugação com a alínea c) do nº2 do Artigo 452º-A do CPP»*.
 - e) O Acórdão Nº08/TC/2024 seria nulo com base em nulidade estatuída na alínea b) do Nº1 do Artigo 577º do CPC, por não especificar os fundamentos porque recusa aplicar o disposto no nº 1 do artigo 372º do CPP.
3. O recorrente conclui a sua peça formulando os seguintes pedidos ao Tribunal Constitucional:
- a) Que declare a inconstitucionalidade e a ilegalidade da interpretação feita pelo STJ, por violação do juiz natural, do nº2 do artigo 17º da CRCV e do artigo 22º da CRCV;
 - b) Que o TC remeta os autos ao STJ com uma injunção interpretativa (p.26): « Uma vez declarada a inconstitucionalidade e ilegalidade da norma interpretativa que o STJ quer extrair do artigo 158.º do CPP, roga-se ao TC, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 93.º da Lei do TC, remeter estes autos ao STJ, com a determinação de que tanto o STJ como o TRB devem interpretar o disposto no artigo 158.º do CPP, no sentido de que a exceção de incompetência territorial por conexão pode ser suscitada e conhecida pelo Tribunal até ao início da Audiência tal como estatuído no N.º 1 do artigo 372.º do CPP, que reza o seguinte:“1. Antes de começar a produção de prova, o tribunal conhecerá e decidirá sobre as nulidades, exceções ou quaisquer questões prévias ou incidentais suscetíveis de obstar à apreciação do mérito da causa, acerca das quais não tenha ainda havido decisão e que possa desde logo apreciar”.
 - c) Que, «consequentemente, deve ser declarada a nulidade, por inconstitucionalidade, de todos os atos judiciais, entretanto praticados, desde antes da realização do julgamento

pelo TRB, a nulidade do Acórdão Condenatório N.º 128/TRB/2022, bem como a nulidade dos seguintes Acórdãos do STJ: i) O Acórdão n.º 02/STJ/2023, de 06 de janeiro, proferido no âmbito do Recurso Crime Intercalar n.º 35/STJ/2022, que veio reconfirmar o anterior Acórdão n.º 128/STJ/2022-23, proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça nos autos em epígrafe, que indeferiu e declarou improcedente o recurso n.º 35/STJ/2022, que havia sido interposto contra a decisão do Tribunal da Relação de Barlavento; ii. O Acórdão N.º 137/STJ/2023, e 138/STJ/2023, por procederem de atos processuais nulos por inconstitucionalidade.

II. Fundamentação

1. O reclamante pede a reforma do aresto identificado, alegando um conjunto de nulidades e causas de reforma. Especificamente:
 - a) Omissão de fundamentação e de pronúncia sobre a proibição dos tribunais restringirem os direitos por via da interpretação, o que, além disso, seria uma violação desse seu direito; refere concretamente que O TC decidiu, sem qualquer fundamentação, arbitrariamente excluir do âmbito da fiscalização concreta a «violação da proibição constitucional dos tribunais restringirem a extensão e o conteúdo essencial das normas relativas ao Direito Fundamental ao Juiz Natural», o que configuraria uma grosseira violação dos n.ºs 1 e 3 do artigo 211º da CRCV; tal indicaria uma omissão de pronúncia (ponto 6);
 - b) A existência nos autos de um documento que determinaria decisão diversa da que foi prolatada, um requerimento de sua autoria dirigido ao TRB;
 - c) O TC não teria fundamentado as razões de facto e de direito porque recusou aplicar o disposto no n.º1 do artigo 372º do CPP, incorrendo em nulidade estatuída na alínea b) do n.º1 do Artigo 577º do CPC;
 - d) Segundo o recorrente o Acórdão n.º 08/TC/2024 padeceria de nulidades e precisaria de ser reformado, por laborar na errada determinação da norma processual aplicável «*que deve ser o n.º1 do Artigo 372º e nunca o Artigo 360º do CPP, erro esse que deve ser*

corrigido pelo TC, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº2 do Artigo 597º-A do CPC, em conjugação com a alínea c) do nº2 do Artigo 452º-A do CPP».

- e) O Acórdão nº08/TC/2024 seria nulo com base em nulidade estatuída na alínea b) do Nº1 do Artigo 577º do CPC, por não especificar os fundamentos porque recusa aplicar o disposto no nº 1 do artigo 372º do CPP.
2. Além disso, o reclamante questiona o entendimento do Tribunal Constitucional sobre a boa administração da justiça, acusando este órgão de querer desculpabilizar o STJ, de culpar o recorrente com as considerações que fez, de tomar de empréstimo e de validar, sem fundamentar, teses do STJ ancoradas em doutrina estrangeira, ao invés de aplicar a legislação nacional, de tentar justificar uma fuga em frente dos tribunais judiciais, de esta Corte Constitucional ter afirmado que um julgamento realizado em 2022 não podia ser invalidado em 2024 (cfr. § 64 da reclamação), que identificou erradamente norma processual aplicada, etc, etc.
3. Tendo em conta os fundamentos apresentados e os pedidos formulados nota-se que o recorrente aproveita-se do incidente pós-decisório para apresentar uma espécie de recurso contra uma decisão do Tribunal Constitucional, trazendo questões que já foram decididas pelo Tribunal Constitucional no Acórdão nº 8 /2024. É visível no conteúdo, na argumentação e metódica do reclamante que ele tenta fazer com que o TC enverede por um escrutínio típico de violação de direitos, trazendo-se questões que deveriam ter sido impugnadas por meio de um recurso de amparo, para o seio de um escrutínio normativo, em que a única coisa que interessava seria a questão de saber se uma norma que impusesse como limite para a suscitação de incompetência territorial o início do julgamento seria inconstitucional ou não.
4. Antes de se avaliar da questão do mérito é indispensável que se verifique se estão reunidos os pressupostos de admissibilidade: a competência, a legitimidade e a tempestividade. Ora, o Tribunal Constitucional é competente nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 575.º; n.º 1 do artigo 576.º, e ainda ao abrigo das als. c), e d) do n.º 1 do artigo 577.º; al. a) e c) do artigo 578.º, todos do CPC, *por força* do artigo 50º da Lei nº 56/VI/2005 de 28 de fevereiro. No que tange à legitimidade, Amadeu Fortes Oliveira é recorrente nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 8/2023, decidido através do Acórdão nº 8/ 2024,

o qual negou provimento à sua pretensão recursória. Por esta razão apresentou o presente incidente pós-decisório a que chama de Reclamação e através do qual suscita as questões antes assinaladas. Tem, por isso legitimidade por ser interessado em demandar. Quanto à tempestividade há que salientar o seguinte: O jurisdicionado foi notificado do Acórdão n.º 8 /2024, no dia 22 de janeiro de 2024 e o seu requerimento deu entrada na Secretaria do Tribunal Constitucional, no dia 29 do mesmo mês e ano, portanto dentro do prazo de cinco dias de que dispunha para o fazer, atendendo ao disposto no artigo 145.º do Código de Processo Civil que determina que : “1. É de cinco dias o prazo para as partes requererem qualquer ato ou diligência, arguirem nulidades, deduzirem incidentes ou exercerem qualquer outro poder processual, na falta de prazo especial.” Assim estão verificadas as condições de admissibilidade.

5. Na primeira questão o jurisdicionado pretende que o TC decidiu sem qualquer fundamentação e arbitrariamente excluir do âmbito da fiscalização concreta a «*violação da proibição constitucional dos tribunais restringirem a extensão e o conteúdo essencial das normas relativas ao Direito Fundamental ao Juiz Natural, o que configuraria uma grosseira violação dos n.ºs 1 e 3 do artigo 211º da CRCV*»; tal indiciaria uma omissão de pronúncia (ponto 6). Há que lembrar, no entanto, que o Tribunal se encontrava perante um escrutínio normativo, no qual a única coisa que interessava seria a questão de saber se uma norma que impusesse como limite para a suscitação de incompetência territorial o início do julgamento seria inconstitucional ou não. Ora, em primeiro lugar, ao contrário daquilo que o reclamante alega, era somente sobre a questão supramencionada que o TC tinha a obrigação de se pronunciar e de acordo com os parâmetros – o fundamento legal indicado – que entendesse mais adequados e não conforme a vontade do recorrente; segundo, não há nenhuma omissão de pronúncia porque houve pronúncia. Tanto assim é que o reclamante se permitiu articular um rol de absurdos para tentar contrariar o sentido da decisão do Tribunal expresso claramente na parte dispositiva; Diz ainda não ter havido “fundamentação atendível”. Atendível por quem? Seria pelo recorrente? Pois bem, se assim for, é preciso recordar que o critério de atendibilidade do recorrente em si, segundo o arbítrio próprio, não constitui propriamente uma causa de nulidade e é a todos os títulos irrelevante. Pois o que interessa é que o TC tenha articulado as razões que, no âmbito do escrutínio próprio de um recurso de fiscalização da constitucionalidade, são adequadas a justificar, no estrito quadro constitucional, a sua decisão de não-julgar inconstitucional a norma aplicada pelo STJ.

6. Quanto ao documento que diz implicar em decisão diversa, a sua impugnação não faz sentido. Até onde se sabe, a existência de documentos nos autos que por si determinariam uma decisão diversa da proferida é caso de reforma somente quando o juiz por lapso manifesto não o tenha tomado em consideração (artigo 578 CPC); no caso concreto, não há lapso manifesto nenhum, pois que o mesmo é e sempre seria irrelevante num escrutínio que incide sobre a norma e não sobre qualquer conduta do tribunal recorrido em reação a qualquer impulso da parte. Portanto, se não foi considerado, foi porque era inócuo para o escrutínio normativo em causa. Assim sendo, nem há base legal para se pedir reforma.
7. O recorrente alega que o TC não fundamentou as razões de facto e de direito porque recusou aplicar o disposto no nº1 do artigo 372º do CPP, incorrendo em nulidade estatuída na alínea b) do nº1 do Artigo 577º do CPC. A ideia de que o Tribunal Constitucional «recusou» aplicar o artigo 372º do CPP é um constructo do próprio recorrente para levar a água ao seu moinho. Todavia, não se deve esquecer aqui o ponto de partida e o exercício que o Tribunal Constitucional tinha a fazer. O ponto de partida era a norma objeto da fiscalização concreta e que o jurisdicionado, nas suas próprias palavras, apresentou como sendo uma *«norma resultante do sentido e alcance interpretativo que o STJ fez do conteúdo da norma prevista no artigo 158º do CPP, de modo a extrair uma norma segundo a qual o incidente de incompetência territorial do TRB deve ser suscitada (sic!) até antes do início da audiência do julgamento, em vez de simplesmente até ao início da audiência, o que configura ser uma restrição do alcance do Direito Fundamental de ser julgado perante o juiz- Tribunal da Causa, restrição essa que o Supremo Tribunal de Justiça fez por via da interpretação do artigo 158º do CPP, violando o disposto no nº 2 do artigo 17º da referida CRCV*. Ora, o dever do Tribunal era pronunciar-se sobre esta norma e fê-lo, não havendo por isso qualquer omissão de pronúncia ou nulidade.
8. Segundo o recorrente o Acórdão nº 08/TC/2024 padece de nulidades e precisa de ser reformado, por laborar na errada determinação da norma processual aplicável *«que deve ser o nº1 do Artigo 372º e nunca o Artigo 360º do CPP, erro esse que deve ser corrigido pelo TC, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº2 do Artigo 597º-A do CPC, em conjugação com a alínea c) do nº2 do Artigo 452º-A do CPP»*. Ora, aqui não se alcança o raciocínio do jurisdicionado, pois que tanto a norma do artigo 597º-A do CPC, como a norma do artigo 452º A do CPP reportam-se à fundamentação de recursos e conclusões, quando estes versam matéria de direito e dizem respeito aos jurisdicionados recorrentes.

Não se vislumbra na decisão do Tribunal qualquer nulidade quando analisou a questão da compatibilidade da norma objeto do processo com a Constituição da República. A única coisa que isso demonstra é que o recorrente utiliza um incidente pós-decisório para interpor um recurso ordinário da decisão do tribunal constitucional, o que a lei não prevê, como saberá. De resto, o reclamante depois de ter interposto tantos recursos e depois de várias vezes ter sido informado por esta Corte, ainda parece não saber que o Tribunal não aplica regras do CPP; parece não saber que o TC simplesmente escrutina se uma norma dessa natureza aplicada por um tribunal judicial é inconstitucional ou não. Por conseguinte, não há qualquer obrigação de fundamentar o que nem é uma decisão, nem é norma aplicada pelo TC, sobretudo quando se refere a mera transcrição dos argumentos formulados pelo órgão judicial recorrido.

9. Pretende o reclamante que o acórdão nº08/2024 do TC é nulo com base em nulidade estatuída na alínea b) do nº1 do Artigo 577º do CPC, por não especificar os fundamentos porque recusa aplicar o disposto no nº 1 do artigo 372º do CPP. A alínea b) do nº1 do artigo 577º do CPC estabelece o seguinte: «A sentença é nula, quando não especifique os fundamentos de facto e de direito que justificam a decisão». Ora, esta afirmação só pode provir de alguém que não leu com cuidado o Acórdão nº 8/2024, que de resto apresenta o seu Relatório, a Fundamentação e a Decisão, tendo como base a norma que foi considerada objeto da decisão e não qualquer constructo de última hora. O que, na verdade, denota uma má-fé processual evidente da parte do reclamante.
10. No mais, reportando-nos ao teor da peça, o que se verifica são considerações que partem de leituras notoriamente falsas do Acórdão, como dizer que o Tribunal aplicou doutrina processual penal estrangeira na senda do STJ, ao invés de aplicar a legislação nacional sem fundamentação, de tentar justificar uma fuga em frente, que se disse que um julgamento realizado em 2022 não podia ser invalidado em 2024, de identificação errónea de norma processual penal aplicável.
11. Nenhuma dessas considerações remete a uma qualquer causa de nulidade. São, na melhor das hipóteses, meras manifestações de inconformação, desabafos e tentativas de reversão de uma decisão de mérito tomada quanto à constitucionalidade de norma, não havendo, pois, nenhum interesse específico em discuti-las, sem desprimor para o esforço do reclamante.

III. Decisão

Pelo exposto, o Tribunal Constitucional, reunido em Plenário, decide:

- a) Considerar improcedente a reclamação;
- b) Fixar custas a cargo do reclamante que se fixam em 22.000\$00 (vinte e dois mil escudos) ao abrigo dos números 3 e 4 do artigo 94º da Lei do Tribunal Constitucional e 127º, alínea c), ii, do Código de Custas Judiciais, aplicados com as devidas adaptações em função da natureza constitucional e especial do processo de fiscalização concreta da constitucionalidade.

Registe, notifique e publique.

Praia, 31 de janeiro de 2024

Aristides R. Lima (Relator)

João Pinto Semedo

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 31 de janeiro de 2024.

O Secretário,

João Borges